



Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.112.428,20	17.664.161,32	17.833.558,50	18.382.169,42	18.073.027,33	12.899.676,50	4.040.143,07	3.933.509,12	27.074.886,90	19.336.646,31	19.517.957,40	19.536.584,76	195.404.748,83	-	195.404.748,83
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	110.405.242,62	116.126.321,63	112.238.644,64	112.471.889,54	112.734.121,52	118.244.845,92	209.879.614,15	129.528.630,36	171.000.240,51	114.541.786,63	116.606.872,94	114.905.985,88	1.538.684.196,34	10.178.876,09	1.548.863.072,43
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR								% SOBRE A RCL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					743.632.071.921,18										
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)					1.548.863.072,43								0,208284%		
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					2.274.272.274,52								0,305833%		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					2.160.558.660,79								0,290541%		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					2.046.845.047,07								0,275250%		

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, CONIN/DIRFIC, 14/05/2018 , 15:00h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota¹- No item "Obrigações Patronais", incluem-se os valores dos elementos de despesa 07- Contribuição patronal a entidade de previdência privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota² - Nas deduções, nas despesas liquidadas, não foram excluídas as despesas de exercícios anteriores de fontes não vinculadas, em razão de dificuldades operacionais na apuração das competências, o que impossibilitou a exclusão das parcelas porventura existentes de períodos anteriores ao de referência.

*de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)

** à Demissão Voluntária

*** de período anterior ao da apuração

**** de período anterior ao da apuração

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018				
				R\$ 1,00
				DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.747.533.450,79
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				198.670.378,36
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				1.548.863.072,43
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,208284%
			% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \I	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,224524%	1.669.632.473,16
	Resol. CNJ 5/2005	Ato decorrente: Proc.Adm. SIGED nº 2001160727	0,224305%	1.668.003.918,92
	Resol. CNJ 26/2006	Ato decorrente: Resolução CJF 2012/00184	0,306402%	2.278.503.541,01
	Resol. CNJ 177/2013	Ato decorrente: Resolução CJF 2013/00250	0,305833%	2.274.272.274,52
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			

Nota¹: A partir de 3º Quadrimestre de 2011 por força do Acórdão Nº 3244/2011 - TCU - Plenário, cada Tribunal Regional Federal passou a publicar o seu Relatório de Gestão Fiscal e os limites foram individualizados por Tribunal, sendo que, em período anterior, o Conselho da Justiça Federal - CJF publicava o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal, consolidando todos os Tribunais Regionais Federais e CJF com limite único para toda a Justiça Federal.

Nota²: Limite de 0,224524% original do órgão, definido anteriormente à criação do CNJ e registrado no Proc. Adm. SIGED nº 2001160727.

WOLFGANG STRIEBEL
Diretor de Controle Interno

ROBERTO CAPELETI
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

MAGDA LÚCIA SCHEUNEMANN
Diretora - Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 383, DE 25 DE MAIO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000003825-1, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2018 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES



ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.482.254,27	7.770.854,72	8.574.660,87	9.500.523,29	8.907.467,44	7.752.100,15	11.492.491,46	12.271.737,95	9.714.133,43	7.540.642,77	7.609.055,83	7.531.945,54	106.147.867,72	172.811,51
Pessoal Ativo	6.746.189,56	7.055.191,14	7.858.997,29	8.778.679,44	8.185.766,79	7.030.399,50	10.351.978,25	11.533.262,63	8.557.727,59	6.774.362,36	6.793.442,22	6.786.127,11	96.452.123,88	172.811,51
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.835.860,71	6.132.846,32	6.945.027,10	7.884.974,49	7.305.526,77	6.144.095,55	8.517.825,38	10.568.561,55	7.659.436,88	5.853.313,14	5.868.513,32	5.865.074,82	84.581.056,03	172.811,51
Obrigações Patronais	910.328,85	922.344,82	913.970,19	893.704,95	880.240,02	886.303,95	1.834.152,87	964.701,08	898.290,71	921.049,22	924.928,90	921.052,29	11.871.067,85	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	736.064,71	715.663,58	715.663,58	721.843,85	721.700,65	721.700,65	1.140.513,21	738.475,32	1.156.405,84	766.280,41	815.613,61	745.818,43	9.695.743,84	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	443.514,60	451.392,46	451.392,46	457.830,74	457.687,54	457.687,54	733.670,00	470.673,86	754.166,40	498.478,95	567.948,38	464.887,46	6.209.330,39	-
Pensões	292.550,11	264.271,12	264.271,12	264.013,11	264.013,11	264.013,11	406.843,21	267.801,46	402.239,44	267.801,46	247.665,23	280.930,97	3.846.413,45	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	887.290,40	911.824,60	716.902,91	733.172,64	721.700,65	647.022,32	641.227,68	2.245.890,02	1.159.877,63	878.482,97	846.246,45	747.482,75	11.137.121,02	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	682,75	3.461,68	-	1.152,07	-	60.687,03	3.471,79	964,86	14.368,66	237,76	85.026,60	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	151.225,69	196.161,02	556,58	7.867,11	-	14.986,90	-	2.015.258,32	-	111.237,70	16.264,18	1.426,56	2.514.984,06	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	736.064,71	715.663,58	715.663,58	721.843,85	721.700,65	630.883,35	641.227,68	169.944,67	1.156.405,84	766.280,41	815.613,61	745.818,43	8.537.110,36	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.594.963,87	6.859.030,12	7.857.757,96	8.767.350,65	8.185.766,79	7.105.077,83	10.851.263,78	10.025.847,93	8.554.255,80	6.662.159,80	6.762.809,38	6.784.462,79	95.010.746,70	172.811,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	95.183.558,21	0,012800
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	123.926.284,79	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	117.729.970,55	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	111.533.656,31	0,014999

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COF/SECONT , Data da emissão 23/Mai/2018 e hora de emissão 10h e 55min

^Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17/5/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS		R\$ 1,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				106.320.679,23		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				11.137.121,02		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				95.183.558,21		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,012800%		
				% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,016713%	124.283.228,18	
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,016696%	124.156.810,73	
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-	
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,016665%	123.926.284,79	

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COF/SECONT, Data da emissão 23/mai/2018 e hora de emissão 10h e 55min

JÚLIO BRIGLIA MARQUES
Diretor-Geral

CLÁUDIO MÁRCIO PINTO NEDER
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

LEVINDO MIRANDA DE SOUZA
Coordenador de Controle Interno

Des. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
Presidente do Tribunal